

A FRASE DO PONTO DE VISTA SEMÂNTICO

Zinda Vasconcellos (UERJ)

zinda@openlink.com.br

PREÂMBULO

Este artigo desenvolve a comunicação de mesmo título apresentada no XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Em congressos como esse, o público costuma ser variado, indo de pesquisadores-doutores a alunos de graduação. Como o Congresso ocorreu na Universidade onde leciono, escolhi me dirigir especialmente aos alunos de graduação, inclusive porque pretendo usar este artigo como material didático para meus cursos de Sintaxe.

O título dado à comunicação, e ao artigo, sugere que o seu foco principal seria a caracterização das frases do ponto de vista semântico. Ao prepará-la, porém, me dei conta de que a maioria das dificuldades encontradas por alunos de Letras com relação aos conceitos de frase e oração vêm do fato de que diferentes teorias linguísticas e gramaticais caracterizam essas unidades linguísticas a partir de pontos de vista diversos, atribuindo a esses termos conteúdos conceituais diferentes. Os alunos se confundem com isso, tendendo a acreditar que ao mesmo termo necessariamente corresponde o mesmo conceito. Como penso que é muito importante para futuros professores de línguas compreender a real complexidade dos fenômenos que subjaz a essas diferentes perspectivas conceituais, em vez de tratar apenas da caracterização semântica das frases, apresentarei os principais vários conceitos de frase e de oração encontrados em obras de iniciação à Sintaxe frequentemente usadas em Cursos de Letras, mostrando os diferentes critérios que os fundamentam. Ou seja, procurei fazer sobretudo um trabalho de discriminação conceitual.

Dentro do tempo disponível na própria comunicação, pouco mais foi possível fazer além disso do que apresentar um “trailer” dos tipos de aspectos semânticos que as frases da língua, aquelas organizadas em padrão de oração, tipicamente representam. Neste artigo procurei ir ao menos um pouco além.

LÉXICO E SEMÂNTICA

DIFERENTES TENTATIVAS DE APREENSÃO TEÓRICA DA NOÇÃO INTUITIVA DE FRASE

O problema começa pelo fato de que, antes de serem apresentados a qualquer conceito de frase originado em uma teoria lingüística, os alunos já têm uma noção intuitiva de frase, seja vinda dos tempos de escola, seja formada no contato com a língua escrita, seja pelo fato da palavra *frase*, antes de ser usada como designativo de um conceito teórico, é uma palavra normal da língua, com toda o grau de multissemia que as palavras normalmente contêm. Além disso, na literatura gramatical “escolar”, até mesmo às vezes na usada nos cursos superiores de Letras, os termos *frase*, *sentença*, e *período*, ou *proposição* e *oração*, nem sempre são bem diferenciados.

No ensino escolar de gramática normalmente são diferenciados os conceitos de oração e de período, definindo-se a oração como uma frase simples, composta por um sujeito e um predicado, e o período como uma frase complexa, formada de duas ou mais orações. O termo *sentença* não costuma ser usado, mas às vezes é dado como sinônimo de *período*. O termo *proposição* não é usado praticamente nunca, às vezes nem mesmo na Universidade, e, quando é usado, muitas vezes é como sinônimo de *oração*, quando, na tradição teórica em que esse termo se originou, ele correspondia a uma unidade caracterizada principalmente do ponto de vista semântico, e não do ponto de vista sintático. Já o termo *frase* é usado um pouco mais, mas sem que seja explicitamente definido nem diferenciado dos termos *período* ou *oração*, usados muito mais freqüentemente. O termo é usado sobretudo quando as gramáticas falam de frases afirmativas, interrogativas ou exclamativas, ou quando reconhecem que, além dos períodos, existem também outros tipos de expressões lingüísticas, as chamadas frases de situação ou de contexto, que também podem ser consideradas frases, pelo fato de apresentarem, nas situações em que são emitidas, uma relativa suficiência comunicativa.

Disso se deduz o critério implícito usado nas gramáticas para a caracterização de uma expressão lingüística enquanto uma frase: o fato de tal expressão ser suficiente para expressar um dado propósito do falante, ou seja, de equivaler mais ou menos ao que a Lingüística atual chama de *ato de fala*.

Fundamentalmente essa mesma concepção de frase é explíci-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tamente formulada por Mattoso Câmara no início² do cap. XI dos *Princípios de Linguística Geral*³. Partindo da oposição saussureana entre língua e discurso⁴, ele ali define a frase como unidade elementar do discurso. Diz que ela “...*resulta da atualização dos elementos da língua, por parte de um determinado indivíduo, num determinado momento de sua vida social.*” [Mattoso Câmara, 1969, p. 162]. Ou seja, as frases seriam as “partes elementares” em que se divide o texto de um discurso concreto, resultante de uma enunciação dada. Mattoso acrescenta ainda que, na língua oral, além de ser discursivamente caracterizada pelo propósito comunicativo que expressa, a frase também seria caracterizada do ponto de vista fônico, pela entonação que a acompanha, que permite delimitá-la dentro do discurso de que faz parte: a entonação seria a principal “marca lingüística” da frase enquanto unidade.

Essa mesma visão também subjaz à definição encontrada no livro *Morfossintaxe* de Flávia Carone, que caracteriza a frase como “...*unidade de comunicação – quaisquer que sejam suas dimensões e sua estrutura, desde que essa unidade ‘escale a pauta em modulação adequada’*”⁵ [Carone, F., 1986, p. 47].

É interessante na formulação de Carone essa observação de que uma expressão lingüística de qualquer dimensão e estrutura pode

²No início porque, como veremos na continuação deste artigo, do meio para o fim do mesmo capítulo o autor apresenta uma concepção de frase intermediária entre essa concepção inicial e outra diferente, de que tratarei adiante.

³Estou aqui deliberadamente fugindo da tradição acadêmica de não citar os títulos de livros integralmente no corpo dos artigos. Isso se explica por causa da importância, para os objetivos deste artigo, da identificação das obras mencionadas pelo leitor privilegiado a que me dirijo, que infelizmente tem pouco hábito de consultar as referências na bibliografia; porém, para não reforçar esse “mau hábito” e exercer uma influência didática na sua correção, usarei a convenção tradicional para a localização de citações específicas.

⁴É preciso esclarecer aqui que o uso desse termo em Mattoso Câmara não corresponde exatamente ao conceito assim denominado atualmente nas várias correntes teóricas intituladas de Análise do Discurso. Nos textos do autor, *discurso* é a palavra usada para traduzir o termo saussureano *parole*, porque Mattoso argumenta que o termo *fala*, normalmente usado em Português para esse fim, não serviria para os usos escritos da linguagem.

⁵Isso é, seja acompanhada pela melodia correspondente à sua entonação e ao ritmo de sua elocução.

LÉXICO E SEMÂNTICA

corresponder a uma frase. No mesmo capítulo dos *Princípios...* acima referido, Mattoso Câmara também desenvolve essa idéia por algum tempo, chegando a repetir, expressando acordo, a afirmação do lingüista polonês Karcevski de que a frase seria uma unidade de comunicação atualizada, sem estrutura gramatical própria. Uma afirmação surpreendente vinda de um teórico estruturalista! (E da qual, como veremos, o autor recua depois no mesmo texto).

Estratégica para compreender o que subjaz a esse tipo de concepção de frase é a palavra atualização, que Mattoso usa quando diz que a frase é uma atualização, numa situação concreta, de dados e elementos da língua.

O sentido dessa palavra nesse tipo de uso vem da filosofia de Aristóteles. Ao considerar a existência ou não de alguma coisa, Aristóteles distinguia a existência dessa coisa em potência – o fato da existência dela ser virtualmente possível – da sua existência dela em ato, ou seja, do fato dela estar realmente existindo naquele momento. Pelo uso da palavra atualização, podemos deduzir que Mattoso pensa que uma mesma expressão lingüística – digamos “*A Terra é redonda*” – seria uma frase dita às 5hs da tarde por Pedro, e uma frase diferente dita por outra pessoa, ou pelo próprio Pedro num outro momento. A cada enunciação, a mesma expressão lingüística – as mesmas palavras, combinadas da mesma maneira – seria uma frase diferente.

FRASE *VERSUS* SENTENÇA, OU PERÍODO

Mas alguém poderia argumentar que, segundo essas mesmas noções de potência e ato de Aristóteles, para que alguma coisa possa ser atualizada, ela precisaria antes existir potencialmente... Poderíamos pensar assim que, no exemplo acima, a expressão “*A Terra é redonda*” seria sim uma frase potencial do Português, e que todas as suas atualizações em enunciações diferentes correspondem a usos diferentes da mesma frase. É essa a concepção de *frase da língua* que vigorava nos escritos iniciais dos gerativistas, que distinguiram a frase da língua da frase no desempenho, que equivaleria ao aspecto dos fenômenos focalizado pela visão de frase de Mattoso até aqui exposta. Para diminuir a ambigüidade devida à tantas definições diferentes

de frase, em vez de chamar esse tipo de unidade de frase da língua, prefiro chamá-la de sentença.

Trata-se de uma unidade semelhante à que a Gramática Tradicional chama de período, só que a Gramática Tradicional costuma definir os seus conceitos usando vários tipos de critérios simultaneamente – no caso, critérios sintáticos, semânticos e discursivos –, ao passo que o que chamo de sentença seria uma unidade definida principalmente do ponto de vista morfossintático: uma expressão lingüística dada formada de palavras determinadas, combinadas segundo um padrão sintático próprio, que, antecipemos, é o da oração.

A ORAÇÃO ENQUANTO PADRÃO DA LÍNGUA PARA A FORMAÇÃO DE FRASES

Comentei antes que Mattoso recuou depois de concordar com a afirmação de Karcevski de que a frase seria uma unidade sem estrutura gramatical própria. Com efeito, pouco depois, na continuação do mesmo texto, ele lembra que a língua é o sistema que organiza os discursos, e que ela tem padrões para a formação de frases, os quais seriam obedecidos pelas frases que ele chama de integralmente lingüísticas, que segundo ele corresponderiam ao que habitualmente se chama de *oração* ou *proposição*.

Já critiquei a falsa sinonímia dos termos *oração* e *proposição*, e não vou voltar a isso agora. O que quero mostrar aqui é outra ambigüidade no uso que se faz comumente do termo *oração*. Se, no texto a que me venho referindo, Mattoso diz que a frase da língua corresponde à unidade normalmente chamada de *oração*, no verbete *Frase* do seu *Dicionário de Filologia e Gramática* [Mattoso Câmara, J., 1964, p. 154/5], ele diz apenas que a frase integralmente lingüística se estrutura em *padrão de oração*. A mesma oscilação se encontra nas gramáticas escolares. Às vezes se chama de *orações* às expressões que resultam da combinação de dadas palavras segundo um dado padrão sintático; em outras vezes se dá esse nome ao próprio padrão. Ora, um padrão sintático é algo mais abstrato do que a expressões lingüísticas que por ele se organizam, é uma estrutura sintática caracterizável do ponto de vista formal (por ex., no caso específico do padrão de oração, como um sujeito combinado a um predicado,

LÉXICO E SEMÂNTICA

ou como um sintagma nominal combinado a um sintagma verbal, ou como um sintagma flexional – as várias teorias gramaticais caracterizam a oração de modo diferente entre si). Seria melhor reservar o nome de *oração* para o padrão, e chamar de *cláusulas* as expressões lingüísticas organizadas de acordo com ele, quer correspondam a sentenças completas, quer apenas a partes de sentenças complexas.

FINALMENTE O PONTO DE VISTA SEMÂNTICO

Outro recuo que Mattoso efetua no capítulo citado dos *Princípios...* é em relação a uma crítica que ele faz a respeito da teoria gramatical antiga que via na frase uma “reunião de vocábulos com sentido completo”. Realmente, depois de expor longamente que há frases sem sentido completo, ou formadas apenas por um único vocábulo, ou até por um mero muxoxo, Mattoso diz que, nas frases da língua, os elementos lingüísticos, funcionando *de per si*, são suficientes para a comunicação clara e bem definida; é nessa hora que ele estabelece a correspondência entre os conceitos de frase da língua, oração e proposição. Também no verbete *Frase* ele contrapõe à frase do uso cotidiano, que seria complementada pela mímica do falante e pelos dados da situação em que é enunciada, a frase integralmente lingüística, em padrão de oração, que conteria lingüisticamente em si todos os dados para a comunicação do seu assunto.

Portanto parece que a oração, enquanto padrão para a formação de frases, garantiria às frases por ela organizadas algum tipo de “suficiência semântica”, diferente da suficiência puramente discursiva⁶ que pode existir nas frases de situação e de contexto. Que tipo de suficiência seria essa? Por que uma frase organizada em padrão de oração a teria? Antecipemos: é do ponto de vista da função representativa da linguagem que se pode caracterizar a relativa suficiência das frases organizadas em padrão de oração.

A linguagem tem o poder de representar as situações que acontecem no mundo e nos permite falar sobre elas. Mas, ao contrário do que se pode ingenuamente pensar, o mundo não já vem dividido em categorias de coisas a que as línguas se limitem a dar nomes. As

⁶Caracterizada apenas, como vimos, por ser suficiente para expressar um propósito do falante.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

línguas não refletem mecanicamente a realidade, elas contêm em si uma espécie de “ontologia”, um modo de interpretar e categorizar à sua maneira os fenômenos da realidade, atribuindo a esses “recortes interpretativos” que fazem um atestado de reconhecimento de existência através do “batismo” que lhes dão⁷. São elas que distinguem no mundo dados tipos de “seres” ou entidades – coisas, pessoas, animais, e lugares, como livros, meninos, gatos e praias – e também dados tipos de estados de coisas, isso é, de situações, seja acontecimentos ou estados, quer estados propriamente ditos [cansado, triste], quer eventos [cair, morrer], processos [crescer, amadurecer], ações [andar, comer, escrever], propriedades [bonito, quadrado, caro] ou relações [perto, dentro, maior].

Mas essa ontologia que existe “embutida” nas línguas não se limita ao léxico. A linguagem tem também uma concepção relativa ao modo como as situações do mundo se constituem e se estruturam. Essa concepção prevê, em primeiro lugar, que qualquer situação do mundo seria uma instância de ocorrência de um ou mais dentre os vários tipos de estados de coisas reconhecidos pela língua⁸. Em segundo lugar, que cada um desses estados de coisas pressuponha a existência de entidades que exerçam certas funções necessárias para a ocorrência do estado de coisas em pauta, funções estas que variam em número e tipo conforme o estado de coisas de que se trate⁹. Em

⁷Esse papel “constituído de realidade” das línguas não se aplica apenas nos casos óbvios em que as línguas têm nomes, e conceitos, correspondentes a seres imaginários, como fadas ou unicórnios. Até mesmo os tipos de objetos comuns da vida cotidiana tais como categorizados pela língua já decorrem de uma atividade interpretativa que aproxima coisas concretamente diferentes como pertencentes a uma mesma categoria (pensem nos diferentes tamanhos, formatos, materiais e cores dos objetos que chamamos de *cadeiras*). E isso se torna tão mais verdadeiro quanto mais abstratos são os conceitos; não poderíamos sequer delimitar no tempo e no espaço um conceito como o de governo, por ex.

⁸As situações elementares seriam instâncias de um desses estados de coisas, e as situações complexas de vários, combinados de alguma forma entre si.

⁹O estado de coisas de *comer*, por ex., teria duas funções constitutivas, a função de *agente*, reservada para uma ou mais entidades que comam, e a função de *objeto afetado*, destinada a algo que seja comido; o estado de coisas de *ver* também implica em duas funções, porém diferentes das exigidas por *comer*: a função de *experienciador*, relativa a alguém que veja, e a de *estímulo*, referente a algo que provoque a visão; já o estado de coisas de *crescer* teria apenas uma função constitutiva, a exercida pelo ser que cresce.

LÉXICO E SEMÂNTICA

terceiro lugar que, além de serem caracterizadas pelos estados de coisas de que seriam instância e formadas pelas entidades constitutivas desses estados de coisas, as situações da realidade também poderiam ser definidas pelo fato de ocorrerem em dadas circunstâncias, de tempo, modo, lugar etc.

A essa “visão prototípica” sobre as situações do mundo também corresponde uma concepção das sentenças da língua enquanto manifestações de uma dada estrutura, ou padrão, resultante da combinação de termos com dados tipos de funções. Só que tal padrão não é mais uma descrição da organização subjacente às expressões lingüísticas em si mesmas, e sim da constituição das situações que elas representam, ou seja, do seu significado. E os termos lingüísticos formadores desse padrão não são mais caracterizados, como ocorre com as partes da oração, com base em critérios morfossintáticos (como sua “classe de palavras”, ou sua “função sintática), mas sim de acordo com um critério semântico-conceitual, dependente do tipo de componente da situação que esse termo denote. Chama-se assim de *predicado* ao termo que conceitua o estado de coisas nuclear de uma situação; de *argumentos* aos termos que identificam as entidades específicas que preenchem as funções exigidas por aquele estado de coisas¹⁰; e de *circunstante*, ou *satélite*, aos termos que se referem às circunstâncias da situação. É ao padrão formado por um predicado e seus argumentos, e opcionalmente também por seus satélites, que se costuma dar o nome de *proposição*.

A relativa suficiência semântica das frases organizadas em padrão de oração decorre da correspondência aproximada que há entre o padrão sintático da oração e a estrutura semântica da proposição. Grosso modo, a uma sentença simples corresponde pelo menos uma proposição, e a uma sentença complexa uma combinação de proposições.

¹⁰A função de argumento na verdade é uma “macrofunção”: dizer que um termo lingüístico é um argumento indica que ele denota a entidade específica (ou o conjunto de entidades, caso o termo seja coletivo ou esteja no plural) que corresponde a uma das funções necessárias do estado de coisas denotado pelo predicado de que aquele termo é argumento. Mas não identifica de qual função se trata. Assim os termos correspondentes aos argumentos de um predicado costumam ainda ser caracterizados por funções semânticas mais específicas, como as de *agente*, *objeto afetado* ou *paciente*, *beneficiário*, *destinatário* etc.

BIBLIOGRAFIA

Carone, F. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.

Mattoso Câmara, J. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.

———. *Princípios de Lingüística Geral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.